

LIVRO

NAS SENDAS DA MODERNIDADE

A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil, de Luiz Werneck Vianna. Rio de Janeiro: Revan, 1997, 222 pp.

Adalberto M. Cardoso

Alguns leitores serão, talvez, tomados de assombro diante da combinação insólita proposta por Luiz Werneck Vianna no título de sua mais recente obra. Em destaque, *A revolução passiva*. No subtítulo, *Iberismo e americanismo no Brasil*. O título remete a Antônio Gramsci, enquanto seu complemento traz à tona a mais fecunda tradição do que ficou consagrado denominar-se "pensamento social brasileiro". De um lado, a revisão crítica do marxismo, atenta ao movimento das "supra-estruturas", ao lugar das idéias na história, ao papel dos intelectuais, à dialética do protagonismo do ator e dos "fatos" na mudança social, à possibilidade de as supra-estruturas (em especial mas não apenas o Estado) anteciparem-se ao movimento das estruturas, dirigindo sua transformação. De outro, a afirmação de projetos de modernização da sociedade recém-emancipada de Portugal, a reflexão sobre a construção da nação brasileira, acerca das sobrevivências da ordem colonial na conformação da sociabilidade pós-escravista, sobre a "penetração da ordem social competitiva na ordem tradicional" na versão de Florestan Fernandes¹, sobre o papel do

Estado na viabilização ou, mesmo, na gestação da nova ordem. Dois vetores analíticos aparentemente incomensuráveis.

Mas esta junção será, talvez, a principal contribuição deste livro ao debate sobre a questão nacional, ontem e hoje: pensar a modernização "sem revoluções", singularidade brasileira na América ibérica, como um momento, senão o momento mais conspícuo, da revolução passiva à Gramsci. Transformações moleculares no seio da sociedade, controladas e dirigidas por um Estado muitas vezes onisciente e senhor do futuro que queria para a nação, cujo papel foi o de impedir revoluções, eis aí a matriz analítica que permite enquadrar leituras sobre o país tão díspares quanto as de Oliveira Vianna e Tavares Bastos, de Florestan Fernandes e Sílvia Romero. E que permite entender Tocqueville na mesma chave analítica de um Gramsci ou um Sarmiento, autor clássico da literatura sobre a América espanhola.

Werneck Vianna não faz concessões ao senso comum. Aqui como antes², só o vemos confirmar singular capacidade analítica, fruto de profundo conhecimento da história das idéias no Brasil, de enraizamento no que há de melhor e mais consistente na tradição sociológica em nosso país, de dedicação ímpar à exegese inovadora de problemas centrais ao pensamento dos autores mencionados, de vinculação destes problemas aos dilemas da democracia no Brasil e de abertura intelectual poucas vezes discernível em pensadores de sua estatura. Isto torna difícil apanhar, em curto espaço, as

(1) Fernandes, Florestan. *Revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

(2) Por exemplo, o clássico *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976), ou ainda *Travessia: Da abertura à Constituinte 86* (Rio de Janeiro: Taurus, 1986).

várias pontas do argumento desenvolvido nos cinco ensaios que compõem *A revolução passiva*, escritos entre 1991 e 1996.

Não será de todo artificioso chamar em meu auxílio uma esquecida máxima de Florestan Fernandes, de quem Werneck retém muito mais do que a *anima* da atividade intelectual. Escreveu o mestre em um projeto de pesquisa, quase quarenta anos atrás: "Nos 'países subdesenvolvidos' ainda prevalece a fórmula segundo a qual 'só vê algo sociologicamente quem quer algo socialmente' [...]. O que importa [é conhecer] aquilo que, nos processos de desenvolvimento em curso, possui real significado para a renovação do horizonte cultural e a solução racional dos dilemas nacionais"³.

Werneck "quer algo socialmente", o que não quer dizer politizar, em sentido fraco, o discurso sociológico, isto é, torná-lo panfletário ou programático. Querer algo socialmente, neste caso e no do mestre paulista, significa travejar o horizonte analítico por uma perspectiva de superação daquilo que, na realidade contundente, permanece como limite ou mesmo entrave à plena realização das democracias política e social no Brasil. Trata-se de um querer tenso, quase sartriano em seu humanismo angustiado, e nos é revelado de soslaio, nos interstícios da análise.

É que Werneck singra com enorme cuidado temas caros ao pensamento progressista deste último século e meio, desvelando-os em cada autor e em cada tema tratado, sem contudo afirmar, exceto no ensaio introdutório e de forma telegráfica, suas próprias convicções. Qual o lugar da revolução e da reforma na mudança social (americanismo e revolução em Tocqueville e Gramsci)? Há lugar para o ator social ou estamos condenados a referendar mudanças estruturais que nos escapam (o ator e os fatos em Gramsci, supra-estrutura e estrutura em Marx e no próprio Gramsci)? Como se resolve a tensão entre democracia social e democracia política no capitalismo (o binômio igualdade/liberdade em Tocqueville)? Entre a *intelligentzia* à Mannheim, a comunidade científica à Merton e o intelectual orgânico à Gramsci, qual o papel dos intelectuais no

processo de liberação das forças da mudança? Se a revolução no Brasil é passiva à Gramsci, qual o estatuto dos projetos americanista e iberista nos "estadistas" fundadores do sentido da nação brasileira (Tavares Bastos, Oliveira Vianna, Sílvio Romero e, por que não, Florestan Fernandes)? Mas Werneck, na investigação destes temas, quer a democracia e está profundamente interessado no lugar que os intelectuais, em especial os cientistas sociais, podem ou devem ocupar no processo de sua gestação.

Uma janela no argumento o irmana a Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Caio Prado Jr., Guerreiro Ramos ou Nestor Duarte e, sem dúvida, Florestan Fernandes, e permite antever — de forma velada no primeiro ensaio ("Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira"), mais abertamente no quarto ("Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos") e alusivamente nos demais — a construção do Estado nacional brasileiro como preocupação de fundo de todo o empreendimento, da Política com pê maiúsculo, contraponto necessário e inescapável às "transformações moleculares" que dão substância à "revolução passiva". Veja-se a seguinte passagem, exemplar neste sentido. Após afirmar que as elites políticas do século XIX professavam um liberalismo certamente moderno, porém prisioneiro do iberismo territorialista, o que terminava por confinar-lhes a um sistema de orientação pré-moderno, complementa que o Estado é moderno em seu liberalismo, mas "essa sua condição deve ser reprimida, apenas vivenciada no plano da consciência das suas elites, constringido, inclusive por sua índole constitutivamente territorialista, a consagrar o patrimonialismo e a estrutura anacrônica do sistema produtivo que herdou da Colônia [...]. Autocontido, sem mobilizar a política como instrumento de mudança econômica, esse Estado, que aparenta cultivar o quietismo, quer ser o administrador metafísico do tempo, fator que estaria dotado, em si, da inteligência de produzir, por movimentos quase imperceptíveis, a mudança que viesse a reparar as irremediáveis incompletude e rusticidade da sociedade e do homem brasileiros" (p. 16).

Os fundamentos sociais do liberalismo, assim como o tipo humano brasileiro de Sílvio Romero⁴,

(3) Fernandes, Florestan. *Economia e sociedade no Brasil: Análise sociológica do subdesenvolvimento*. São Paulo: Cesis/USP, 1962, p. 15 (mimeo).

(4) Romero, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953-

seriam "um destino a ser criado no futuro", e a ideologia liberal "consagra" o patrimonialismo, cunhando um novo Estado-nação cortado de "radical ambigüidade" (p. 14). Ao contrário, porém, da vertente analítica paulista de que Roberto Schwarz é um expoente, o liberalismo deixa de figurar no campo explicativo como uma "idéia fora de lugar"⁵, isto é, como um dos elementos da "desfaçatez de classe" da burguesia e das elites políticas nacionais⁶, que estariam professando, no plano ideológico, idéias em franca contradição com as relações sociais escravistas. Numa leitura gramsciana cuja contribuição emerge, por si só, como central ao debate, o liberalismo verte-se em instrumento de poder, no momento do protagonismo da supra-estrutura em relação à estrutura, responsável inclusive por fazê-la caminhar em determinada direção:

"O liberalismo devia consistir em uma teoria confinada nas elites políticas, que saberiam administrá-lo em conta-gotas, sob o registro de um tempo de longa duração, a uma sociedade que ainda não estaria preparada para ele, sob pena de balcanização do território, da exposição ao caudilhismo e à barbárie" (p. 14).

"O liberalismo político nasce, portanto, sob o estigma da ordem e da autoridade, com a função de fornecer sustentação ideal ao estabelecimento de um Estado nacional, e não para consagrar a liberdade" (p. 130).

"Liberalismo com vocação de missão, e que não surge da luta do indivíduo contra o Estado mas, sim, como um projeto de Estado reformador e civilizatório, na tentativa de criar o indivíduo e o mercado livres por meio de uma ampla intervenção política sobre o social" (p. 135).

Este Estado, dotado de grande autonomia diante de sua sociedade civil, faz valer seus objetivos políticos, ibéricos por excelência, de preservação e expansão do território e de controle sobre a população. Não se trataria, pois, de um Estado-no-comando-da-economia, patrono de uma "modernização conservadora" à moda prussiana ou japonesa,

tal como revelado pela arguta análise de Barrington Moore⁷. O Estado que emerge da Independência é territorialista em chave clássica, e o liberalismo, seu instrumento de dominação.

Como mencionado, estas concepções emergem ao mesmo tempo que se faz a exegese dos autores, com o que o leitor é posto diante de desafios renovados enquanto tece seu caminho pelo labirinto: como compatibilizar Tocqueville e Oliveira Vianna, Tavares Bastos e Gramsci? Terá Werneck chegado ao americanismo nos autores do (como ele gosta de dizer) "assim chamado pensamento social brasileiro" por meio de Gramsci ou terá trilhado o caminho inverso? É certo que o filtro do marco teórico geral, a inspiração nitidamente gramsciana, encontra-se apostado a cada passagem da leitura de Tavares Bastos e Oliveira Vianna, de Tocqueville e Sílvia Romero ou Florestan Fernandes.

Ora, Werneck leva Gramsci a sério, como alerta logo na Apresentação, e aqui encontramos um fio condutor de seu olhar pela realidade brasileira: a revolução passiva por aqui é uma espécie de exsudação da "dialética do ator e dos fatos": a ação do Estado no controle das forças sociais abre espaço apenas para revoluções moleculares, no âmbito das relações sociais prenes de cidadania e de extensão dos espaços de participação popular. Estes são os dois "lugares" de identificação de atores. A oprimir-lhes o cérebro, o mundo dos fatos, o movimento das estruturas, paradoxalmente liberadas como forças incontroláveis de modernização pelo próprio ator maior da revolução passiva à brasileira, o Estado. Como afirmado, a matriz é gramsciana e a partir desta constatação o livro deixa de apresentar-se como uma coletânea de ensaios, ganhando grande unidade. Não sem surpresa nos vemos em meio à defesa de uma tese.

A dialética do ator e dos fatos é perseguida no ensaio introdutório com rigor, eu diria, de um chinês. Sintético como um ideograma, o texto, de pouco mais de dez páginas, traça um poderoso argumento em favor da tese da revolução passiva, ou melhor, do Brasil como o lugar por excelência dessa forma de "revolução sem revolução". A sina (que não é sina, mas projeto de elites iberistas

(5) Schwarz, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, cap. I.

(6) A desfaçatez de classe como instrumento analítico da obra de Machado de Assis, em especial *Memórias póstumas de Brás Cubas*, aparece plenamente desenvolvida em Schwarz, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

(7) Moore Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

ciosas da incompatibilidade entre a realidade social escravista e o americanismo como futuro a se alcançar) é de berço: "O nativismo revolucionário, sob influência dos ideais do liberalismo e das grandes revoluções de fins do século XVIII, desde [a transmigração da família real, quando a Colônia acolhe a estrutura e os quadros do Estado metropolitano,] começa a ceder terreno à lógica do conservar-mudando" (p. 13).

Nos termos do próprio autor, a revolução passiva é desatada pelas elites territorialistas do século XIX num movimento de "Estado em busca de uma nação", e encontra os anos 1990 como o teatro da cidadania e dos novos direitos que, contudo, ainda não conceberam o seu Estado. Aspecto, aliás, que leva Werneck a uma crítica velada ao império do *interesse* como norte da matriz de direitos consolidada durante a transição do autoritarismo. Transpira do argumento (em vários momentos do livro, aliás) a idéia de que o interesse articulado a partir das posições de classe, o interesse de que o "novo sindicalismo" é portador mais que conspícuo, não é capaz de interpelar o público de uma perspectiva universalizante, na medida em que não se coloca a questão do Estado e do poder. Volto a isto.

Dáí ganha sentido Tocqueville, vasculhado no ensaio "O problema do americanismo em Tocqueville". Vemos construir-se o argumento segundo o qual a incomensurabilidade entre a idéia do desenvolvimento inexorável da igualdade como o império por excelência dos fatos e a idéia da possibilidade de "educação" do social pela política como o lugar do ator resolve-se em Tocqueville na "secularização da doutrina do interesse bem-compreendido, [isto é,] a tradução dos *interesses* em *direitos*" (p. 118, grifo no original), solução que reduz o Estado e as supra-estruturas a meros reflexos "da progressão contínua da sociabilidade democrática" (idem). Expressão mais pura do americanismo em Tocqueville, do "transformismo" sem revolução, da revolução passiva e molecular, esta concepção o lança no coração do argumento gramsciano que perpassa o livro de Werneck, conferindo àquele centralidade como intérprete alternativo do tema central deste. E aqui a sociologia comparada de Werneck floresce, no campo das idéias mais do que no campo dos fatos, e cabe a nós, leitores, estabelecer as conexões significativas entre as várias interpretações, nos vários passos em que se desenvolve sua tese.

Neste enquadramento ganha sentido, também, o ensaio "Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos". Num debate explícito com o Raymundo Faoro de *Os donos do poder* e velado com o Simon Schwartzman de *Bases do autoritarismo brasileiro*, ambos criticados, e perfilando-se ao Richard Morse de *O espelho de Próspero*, Werneck recusa a idéia de que o Brasil simplesmente reproduziu o iberismo herdado, como se nossa história fosse "um contínuo reiterar [...] da cultura da fundação" (p. 126), como em Faoro. A isto ele oporá a idéia do "iberismo como construção política própria, muitas vezes associando no mesmo projeto, até com independência de suas intenções manifestas, 'americanistas' e 'iberistas', particularmente quando esteve em jogo a questão do exclusivo da terra e do controle social das classes subalternas" (p. 128). Americanismo e iberismo se apresentam, então, como opções alternativas à modernidade, o primeiro recobrando indivíduos livres no mercado, império do *interesse*, democracia política e ideologia liberal, e o segundo remetendo ao império da vontade geral rousseauiana e a concepções comunitárias e organicistas em muito antitéticas à idéia de interesse privado. Por isto, americanismo e iberismo aparecem entre aspas, porque estes termos serão manipulados em conexão com o pensamento de Tavares Bastos e Oliveira Vianna como se eles mesmos os empregassem, não sendo, portanto, rótulos para seu pensamento, mas conceitos que recobrem a forma de se projetar no futuro o Brasil e a brasilidade por parte daqueles dois "estadistas derrotados". E aparecem sob a mesma chave anterior — no campo da revolução passiva com ator *qua* administrador consciente do tempo: o Estado. É por meio da ação do Estado e das elites políticas que as massas serão "educadas" para a democracia e (talvez) a liberdade. Nos dois casos, porém, com grandes contradições.

Em Tavares Bastos, o americanismo, em lugar de impelir-se por interesses reais e deixar-se presidir pelos *fatos* (tal como na clássica leitura de Gramsci), seria obra de estadistas iluminados que imaginavam poder inscrever o país "no movimento civilizatório" (p. 141). Contudo, ao apresentar-se como uma reforma política "vinda de cima", o americanismo revela-se uma contradição em termos, na medida em que a "via americana dependia de dois fatores elementares: terra e mercado de trabalho livres. No entanto, os dois valores que [as

elites] queriam conservar [no Brasil], a unidade nacional e o controle social das classes subalternas, eram sustentados pelo iberismo, a partir de instituições como o exclusivo agrário e o trabalho escravo" (p. 140). Já no Oliveira Vianna de *Populações meridionais do Brasil*, ainda que "muito longe dos temas de uma cultura libertária" (p. 145), encontramos a valorização positiva da história do país e da conformação da sociabilidade herdada da colônia, o que redundava em contradição (ou, como quer Werneck, enigma) de outra natureza: o olhar sobre a realidade valoriza o iberismo prevalecente, mas o projeto de país esposa ideais americanistas ou, mais propriamente, anglo-saxônicos, pelo que se entende "a natureza difusa de um Estado cujas práticas estejam internalizadas nos indivíduos" (p. 154). O enigma se resolve, porém, no fato de que, no Oliveira Vianna pré-corporativo, "a autocracia ibérica não consiste num fim, mas num meio — iberismo instrumental, pois [colado à sua função contingente de produzir ordem e unidade nacional (p. 160)]. [O] fim está na cultura política anglo-saxônica, cuja realização, aqui, dimana da ação educadora e civilizatória do Estado, que não nega a Ibéria concreta e contingente, mas a realiza como uma comunidade nacional em que as virtudes públicas e o interesse geral prevaleçam sobre a cultura do individualismo e do interesse particular" (pp. 154-155). E no Oliveira Vianna corporativo, no fato de que estaríamos "prontos para a cultura anglo-saxônica quando, e desde que, ela fosse expurgada do americanismo, dos valores do indivíduo e da matriz utilitária, mais uma ideologia de Estado que viesse emprestar continuidade à obra ibérica e não romper com ela" (p. 160).

A revolução passiva como projeto de Estado, ou melhor, como razão de Estado, é o que confere unidade aos projetos americanista e iberista, este último valorizado por Werneck enquanto lugar da celebração do público, mais do que do privado, do bem comum, mais do que do interesse individual.

Porém, de forma quase imperceptível, Werneck salta do plano da polêmica entre os dois "estadistas derrotados" para o da realidade social brasileira, que, ao entrar assim na análise, parece fruto da operação das idéias e da razão de Estado que acabara de revelar em Oliveira Vianna. São cinco parágrafos ao final do ensaio, em que as elites nacionais *atuais* são enquadradas na mesma chave ambígua de americanismo que "está condenado a

carregar em si o lastro histórico da Ibéria, mais uma ideologia para uso instrumental dos novos interesses econômicos, do que uma reforma moral, intelectual e prática da sociedade". O iberismo contemporâneo das elites se expressaria na disposição renovada de controle social e político nos moldes antigos, enquanto aqui "os temas do americanismo, como livre cidadania, livre associação sindical e política, livre comunicação, democratização do acesso à terra e da esfera pública, são originários da expressividade dos seres subalternos e suas lutas pela conquista de direitos" (p. 166).

E então, elipticamente, somos relançados ao artigo introdutório, em que o problema do *interesse* aparecia associado ao *particular*, à impossibilidade de universalização. Agora, o que está dito é que, pela primeira vez no Brasil, os "seres subalternos" (e os exemplos oferecidos são o "novo sindicalismo" e os trabalhadores sem terra) sobem à cena como protagonistas do processo de modernização da sociedade *em chave americanista*, vale dizer, transformista, presidida por "revoluções moleculares". Estará Werneck dizendo que o ator molecular ganha precedência apenas para reafirmar o protagonismo dos fatos, essência do americanismo e da revolução passiva à Gramsci? Se é isso, temos elementos para compreender por que, para ele, o interesse não parece capaz de interpelar um público enquanto espaço de sociabilidade democrática. Nos interstícios do argumento, há um diálogo surdo com importante vertente de estudos sobre o "renascimento da sociedade civil" durante e no pós-autoritarismo, que viu nos movimentos sociais e no "novo sindicalismo" o signo da renovação. No Brasil ibérico, em que o poder de Estado é, antes de tudo, instrumento de controle e dominação, as "revoluções moleculares", que não interpelam o Estado visando à renovação de suas estruturas, estão condenadas à subordinação. Política, com *pê maiúsculo*.

O linguajar, como parece claro, é gramsciano. Werneck, já se disse, leva Gramsci a sério. A chave do enigma encontra-se no segundo ensaio, "O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci", em que assistimos à dissecação de um bom pedaço dos *Cadernos do cárcere* do grande pensador italiano, tentativa hercúlea de revelar a atualidade do conceito de revolução passiva para a análise das realidades sociais contemporâneas, nas quais a revolução teria perdido atualidade prática e heurística. Na impossibilidade de analisar mais deti-

damente a leitura de Werneck, saliente-se a identificação do que ele denomina a "vigorosa sociologia" que preside a compreensão gramsciana dos processos de transformação social, em especial após *A questão meridional*. Não uma sociologia qualquer, mas uma sociologia histórica comparada que vai servir de estofo à construção teórica, ainda que fragmentária, dos *Cadernos do cárcere* em torno do tema da revolução passiva: "Sobretudo nos *Quaderni*, Gramsci assume como novo objeto o capitalismo como processo mundial, quando os processos de longa duração vão ser incorporados à sua reflexão, com ênfase especial no tema da *estrutura* — os *fatos*" (p. 44).

Refletindo em torno da "Introdução à crítica da economia política" de Marx, Gramsci teria intuído, precoce e genialmente (p. 48), que, assim como a revolução burguesa expandiu-se pela Europa pós-Napoleão sem maiores revoltas, o socialismo poderia seguir o mesmo curso nos países atrasados (Itália, Portugal, Espanha ou Polônia) em sequência à Revolução Russa de 1917. Isto porque o *atraso*, em lugar de propiciar uma ruptura revolucionária à russa, favoreceu "a modernização capitalista à base de uma coalizão política conservadora" (idem), o que foi ao mesmo tempo fruto de sólidas supra-estruturas e elemento de sua solidificação. Nisso teriam jogado papel central os intelectuais, em especial na Itália. Não apenas como aqueles que (como na análise da Questão Meridional) servem de elemento de dominação do campesinato, mas também como os portadores de idéias irradiadas dos países centrais, nascidas na base das forças produtivas "mais avançadas", idéias elas mesmas elementos de modernização da própria concepção de Estado (p. 53). Esta lógica tomaria ainda mais força quando Gramsci introduz os Estados Unidos na análise, o que reforça sua percepção da Europa como o lugar da primazia da política, enquanto na América haveria a primazia dos *fatos*: "A primazia da supra-estrutura, na transição à ordem burguesa, explicaria o conservantismo europeu, a aposição do público sobre o privado, bloqueando a livre expressão das classes produtivas no sistema das agências privadas de hegemonia. O protagonismo dos intelectuais no interior do Estado, e, ao tratar disso, Gramsci sempre evoca o idealismo filosófico como uma herança indesejável na cultura política européia, seria o melhor indicador de um Estado que amplia e intensifica seu domínio por meio de uma invasão persu-

asiva da sociedade civil, modelando — e contendo — a estrutura, nisso que, do ponto de vista da análise empírica imediata, apareceria como uma verdadeira inversão do enunciado do *Prefácio*"⁸ (pp. 50-51).

As supra-estruturas, pois, são ativas na mudança econômica, e "é a política que atua como libertadora das forças produtivas e não o inverso, como seria de se esperar" (p. 53). Nesse sentido, Gramsci não poderia ser encarado como um teórico da supra-estrutura, porque teria chegado a ela por meio de uma profunda compreensão do modo de funcionamento da estrutura em sociedades atrasadas, ainda cativas de instrumentos extra-econômicos (no limite, o Estado) de dominação. Seu problema, então, passa a ser como o Estado atinge "capilarmente a vida social — isto é, como 'publiciza' o privado" (p. 58). Ao desenvolvê-lo, "Gramsci 'desnaturaliza' a estrutura, sem desqualificar, porém, a sua força operante, trazendo-a para o campo histórico-social" (p. 69). Esta metamorfose, operou-a a análise do americanismo, lugar por excelência do protagonismo dos fatos, mas onde atores "moleculares" tecem uma nova forma de Estado: a hegemonia, formulação clássica de Gramsci, nasce na fábrica, sob o signo de Ford.

O papel dos intelectuais em Gramsci, como lembra Werneck, muito além da idéia de uma *intelligentzia* à Mannheim, já que ultrapassa a simples morfologia de um estrato social, é estratégico nos vários momentos da revolução passiva. Instrumentos nas mãos do Estado na dominação dos estratos subalternos, repositórios de idéias novas sobre o Estado ou intérpretes das estruturas nos momentos de transformação, é sua centralidade analítica na matriz gramsciana que confere sentido ao último ensaio deste instigante livro, "A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa". A dialética do ator e dos fatos e os temas do americanismo e da revolução passiva não estão claramente visíveis como antes. Entretanto, o problema da construção de uma ciência social na periferia do capitalismo, o papel dos intelectuais na modernização (tão caro ao Gramsci dos *Cadernos*

(8) Cf. Marx, Karl. "Prefácio". *O capital* [1859]. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. 127-132 (col. Os Pensadores).

do cárcere) e a questão crucial da democracia estão aí, presentes de forma contundente, estabelecendo o elo com o corpo central da obra. Werneck apresenta, sinteticamente, uma leitura singular sobre a institucionalização das ciências sociais no Brasil, contrapondo as experiências paulista e fluminense, varrendo sessenta anos de história em poucas e densas páginas e dialogando com Sérgio Miceli e Maria Hermínia Tavares de Almeida, principalmente. Ao contrário desses dois autores, porém, o texto de Werneck, até por sua raiz gramsciana, é presidido por uma forte sociologia dos intelectuais, isto é, por uma atenção miúda ao lugar da interpretação sociológica na transformação social e à demanda da sociedade, sempre renovada, em direção aos que tomam para si a tarefa de refletir sobre ela. Aqui como antes, não se faz concessões, e Werneck

alerta para os riscos da balcanização da ciência institucionalizada (a "agenda americana" do título), gestora de fragmentação dos objetos "sem destinação social alguma" (p. 212).

Como se vê, a dialética do ator e dos fatos como critério analítico resulta num certo tipo de preocupação com o público muito além da idéia de interesse, na verdade antípoda dela. E a democracia como "critério de interpretação" problematiza os objetos de análise de uma perspectiva, eu diria, republicana em sentido estrito. Werneck Vianna está na contramão. Ele recusa a pós-modernidade. Ele ainda é moderno.

Adalberto M. Cardoso é doutor em Sociologia pela USP e professor do IUPERJ.